

O CÉU DOS ANTIGOS, A TERRA DOS MODERNOS E A CONTABILIDADE

HEAVEN OF THE OLD, THE LAND OF MODERN AND ACCOUNTING

Carlos José Wanderley Ferreira⁴⁰

RESUMO

Trata o presente artigo, no seu início, do conteúdo do primeiro capítulo, intitulado *Das Grandes Narrativas*, do livro *Palácio de Cristal: para uma teoria filosófica da globalização*, do alemão Peter Sloterdijk, onde ele tece uma discussão filosófica - e até mesmo faz uma recapitulação - do tema Globalização, subdividindo-o em três estágios: a Primeira Globalização (Cosmológica); a Segunda Globalização (Terrestre); e a Terceira Globalização (Eletrônica). Na seqüência, tentamos fazer uma ligação da Terceira Globalização (a Eletrônica), com a Contabilidade (as Ciências Contábeis), haja vista que as Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como as de outros países, estão convergindo suas normas nacionais para as internacionais, através de homogeneizações que levem a todos às *International Financial Reporting Standard* (IFRS), ou seja, às Demonstrações Contábeis Padrão Internacional. Por último, são feitos alguns comentários acerca de efeitos socialmente nefastos dessa Terceira Globalização.

PALAVRAS-CHAVE: Peter Sloterdijk. Palácio de Cristal. Globalização. Contabilidade. *IFRS*.

⁴⁰ Aluno Especial do Doutorado do PPGCS – UFRN, carloswanderley@supercabo.com.br

1 INTRODUÇÃO

“O olho vê, a memória revê e a imaginação transvê”.

Manoel de Barros

O tema Globalização é tão antigo quanto a concepção do *Cosmos* pelos antigos. No entanto, da forma como ele é abordado na atualidade pela maioria dos veículos de comunicação mundiais, pode deixar transparecer, para os menos avisados, que se trata de um fenômeno recente, fruto das atuais tecnologias, que cada vez mais tornam menores as distâncias físicas.

A importância do presente estudo é tentar desfazer essa falsa impressão. Dentro das limitações de espaço de um artigo, através de uma breve pesquisa bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo levar seus eventuais leitores a um interessante passeio pelas consideradas Três Globalizações: a Cosmológica, a Terrestre e a Eletrônica.

E ainda mostrar que, no escopo da Terceira Globalização - a Eletrônica, mais de cem países estão convergindo suas normas contábeis para as normas internacionais. Nesse sentido, a contabilidade brasileira também aderiu a essa homogeneização, através da convergência de suas normas às internacionais, em consonância com as *International Financial Reporting Standard* (IFRS).

E por último apontar ainda algumas críticas concernentes aos efeitos sociais da Terceira Globalização.

O presente artigo tem duplo objetivo. Um, de caráter geral, que é comunicar, através de um texto relativamente curto, o que o seu autor apreendeu em uma breve pesquisa bibliográfica acerca do tema Globalização.

O outro, de cunho mais específico, é o de servir de avaliação final do seu autor enquanto aluno especial da disciplina Tópicos Avançados em Ciências Sociais, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cursada no período letivo de 2010.1, e que teve como docentes os Professores Doutores Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, Alexandro Galeno Araújo Dantas e Aldo Aloísio Dantas da Silva.

A metodologia do presente trabalho se fundamentou em uma breve pesquisa bibliográfica, bem como em apontamentos e gravações de áudio

feitas durante as aulas. Trata-se, portanto, do relato de uma experiência acadêmica vivenciada na já referenciada disciplina.

2 DAS GRANDES NARRATIVAS

Do primeiro capítulo, intitulado *Das Grandes Narrativas*, do livro *Palácio de Cristal: para uma teoria filosófica da globalização*, do filósofo alemão contemporâneo Peter Sloterdijk, apreenderam-se as impressões que se seguem.

Há uma explícita intenção, por parte do citado autor, de dar início a uma discussão filosófica acerca da globalização, ou até mesmo de fazer uma recapitulação da globalização. Discussão ou recapitulação essa de caráter não totalizante, polivalente e, de certa forma, poética. Antes de começar tal empreitada, contudo, ele adverte que as já conhecidas grandes narrativas podem ser, para muitos, consideradas ultrapassadas. Tal circunstância pode levar seu projeto a ser considerado intempestivo ou até mesmo impossível. Porém, para que tal não ocorra, apresenta sua defesa prévia a fim de que seu projeto logre êxito. Nesse sentido, adianta:

Tal tentativa surge como intempestiva, em face do consenso intelectual hegemônico desde há uma geração, segundo o qual esse tipo de narrativas, as chamadas grandes narrativas, estaria definitivamente ultrapassado. Esta opinião não brota de maneira nenhuma do nada. Apóia-se na plausível convicção de que as narrativas desse tipo conhecidas, embora quisessem construir o curso da “história” em traços gerais, continham inevitavelmente traços provincianos; de que, inçadas de preconceitos deterministas, introduziam de contrabando na marcha dos acontecimentos projeções de objetivos de escandalosa linearidade; de que, dado o seu eurocentrismo incorrigível, estavam mancomunadas com a exploração colonial do mundo; de que, professando aberta ou ocultamente uma história salvívica, contribuíram para a perpetração de extensos males profanos, e de que, por fim, se torna agora necessário pôr em prática um pensamento com uma configuração totalmente diferente – um discurso sobre as coisas históricas discreto, polivalente, não totalizador, mas, antes do mais, ciente da circunstancialidade das suas perspectivas. (SLOTERDIJK, 2008, p. 13–14).

A filosofia, que teria surgido por volta do Século VI a.C., com a transição gradativa do pensamento mítico para o pensamento racional, desde sua origem se propõe a dizer o que somos e qual é a nossa missão no mundo. Mas atualmente, segundo o mesmo autor,

que parece ultrapassada a era do endeusamento unilateral do tempo, o espaço vivido reclama também os seus direitos. No fim de contas, já Kant, no seu tempo, estava ciente de que a própria razão tinha como modelo a orientação no espaço. Quem seguir esta indicação suficientemente longe deverá logicamente chegar a uma concepção alterada da tarefa da atividade filosófica: a filosofia é o seu lugar apreendido em pensamentos. Nos momentos em que sabe o que faz, ostenta os traços de uma análise da situação, em que muitas disciplinas têm a sua palavra a dizer. Para esclarecer uma situação, são necessárias grandes narrativas. (SLOTERDIJK, 2008, p. 13).

Sloterdijk, como que na tentativa de conquistar os leitores para a aprovação imediata do seu projeto, tece um comentário sobre as “ultrapassadas” grandes narrativas já razoavelmente conhecidas. Ele diz que (SLOTERDIJK, 2008, p. 15) “a miséria das grandes narrativas de feitura tradicional não reside de maneira nenhuma em serem demasiado grandes, mas, sim, em não serem suficientemente grandes”.

O autor observa que:

Os esboços aqui apresentados constituem uma vertente lateral do “Projeto-das-Esferas”, que representa uma tentativa abrangente de configurar conjuntamente o narrativo e o filosófico de forma em parte neocéptica, em parte neomorfológica. Durante a elaboração do projeto – os três volumes foram completados em 2004 -, expôs-se o desenvolvimento do motivo da esfera nas cosmologias filosóficas, bem como nas teologias da Europa antiga; analisaram-se com certo pormenor as suas implicações psicodinâmicas e o seu poder formal antropológico. Com isso evidenciou-se, nomeadamente, o elevado valor-de-uso psicosssemântico ou religioso das especulações clássicas sobre a esfera. (SLOTERDIJK, 2008, p. 15).

Cabe informar, principalmente ao eventual leitor deste artigo que ainda não tenha tido a oportunidade de ser apresentado ao citado *Projeto Esferas*, de Peter Sloterdijk, que tal obra representa uma trilogia: *Esferas I, Bolhas*; *Esferas II, Globos*; e *Esferas III, Espumas*. E que *Palácio de Cristal: para uma teoria filosófica da globalização*, de cujo primeiro capítulo extraiu-se as principais informações do presente trabalho, é, na realidade, por sua vez, o último capítulo de *Esferas II, Globos*, mas traduzido em português de Portugal. Atualmente, a trilogia *Esferas* só é encontrada no original alemão e em traduções nas línguas francesa e espanhola.

3 O CÉU DOS ANTIGOS

Foram os antigos cosmólogos que levaram a efeito a Primeira Globalização, concebendo o modelo mental esferológico do *Cosmos*. Havia então com este *Cosmos* uma estreita ligação com os conceitos metafísicos, ontológicos e teológicos que permitiam aos antigos uma relativa ou mesmo “total” sensação de segurança.

Para Aristóteles, o céu representava o envelope redondo que tudo contém e por nada é contido. Medir esse céu pelo pensamento correspondeu à realização da primeira globalização, daí nascendo a boa notícia da filosofia: a de que o ser humano, por mais que a desordem vivida o deprima, não pode cair fora do mundo. Conseqüentemente, os verdadeiros começos da globalização residem na racionalização da estrutura do mundo pelos antigos cosmólogos, que, pela primeira vez, com seriedade conceitual, melhor dizendo, com seriedade morfológica, construíram a totalidade do ente sob forma esférica, tendo oferecido essa imagem ordenada à consideração do intelecto. A ontologia clássica era uma esferologia, quer enquanto teoria-saber do mundo, quer enquanto teoria-saber de Deus – proporcionava uma teoria do globo absoluto em ambas as formas. Conquistava a reputação de geometria sublime, que colocava no ponto central o bem formado, o circular, o que regressa-a-si-próprio: ganhava simpatias como lógica, ética e estética das coisas redondas. [...]. Recordar esta circunstância significa evidenciar por que motivo a “globalização” é, no seu todo, um processo lógico e historicamente muito mais poderoso do que o que se apercebe no jornalismo atual e junto dos informadores econômicos, sociológicos e policiais. [...]. Quem quiser recordar a seriedade ontológica do acontecer que discutimos como globalização – o encontro entre o ser e a forma num corpo soberano – deverá realçar no próprio conceito as diferenças epocais que até aqui pouco têm sido tomadas em consideração. Por isso aqui se acompanha a expressão “globalização” com o adjetivo “terrestre”, com o que se pretende assinalar que se trata de um capítulo de uma história mais longa, de cujas estimulantes dimensões os participantes do atual debate, habitualmente, não têm uma representação adequada. (SLOTTERDIJK, 2008, p. 18-19).

Todavia, essa sensação de “segurança” não perduraria para sempre. Com a modernidade, a Terra foi eleita, ou reconhecida, como a única morada mesmo do ser humano, em cujo espaço se dá a sua vida cultural, histórica e espiritual.

Nas esferas abrangentes descobriram os antigos uma geometria da segurança; nesta desabrochava, como indicado, o forte movens das produções metafísicas ou totalistas das imagens do mundo. A extensa narrativa das esferas divinas ou bolas-universo contida em Esferas II, Globos, punha a nu as razões pelas quais essas sublimes imagens imaginárias do todo estavam condenadas a desaparecer com o advento da Idade Moderna, ao passo que o habitat humano, o planeta

Terra, passava cada vez mais explicitamente para o primeiro plano. (SLOTERDIJK, 2008, p. 15).

Entra em cena a geografia do espaço vivido, com os “pés no chão” – ou lançados ao mar, como se verá mais adiante. Isso se dá com o Renascimento.

4 A TERRA DOS MODERNOS

Com o Renascimento, então, o ser humano “desce” do céu para a Terra, compreendendo que é nesse planeta que tem que apostar todas as suas fichas, depositar toda a sua esperança.

Numa madrugada que durou séculos, a Terra nasceu como único e real globo, que constituía a base da globalidade das condições de vida, enquanto quase tudo o resto que até aí passava por céu em parceria, cheio de sentido, se esvaziava. Este devir fatal da Terra suscitado pela prática humana, com a concomitante desrealização das anteriormente vitais esferas numinosas, não nos propicia o mero pano de fundo dos acontecimentos a que hoje em dia chamamos globalização; ele é o próprio drama da globalização. Tem o cerne na observação de que as condições da imunidade humana se transformam radicalmente a partir da terra descoberta, reticulada, singularizada. (SLOTERDIJK, 2008, p. 15).

Em sua empreitada esferológica, Sloterdijk tece veementes críticas à mídia atual e a alguns intelectuais que, na abordagem do tema globalização, na grande maioria das vezes só têm feito referência aos acontecimentos mais recentes, como se fosse fato novo a intenção do espírito humano de se aventurar pelo mundo, de forma globalizante, em toda a sua esfericidade, não necessariamente, mas principalmente com fins econômicos. Nesse sentido, ele esclarece:

Os pontos de vista correntes sobre globalização têm uma característica muito própria, o cômico discreto. Trata-se de um filosofar selvagem que manifestamente se sente mais à vontade quando os artistas do ofício não se encontram presentes. Daí que hoje em dia os topoi mais filosóficos tanto da política como da teoria da cultura corram mundo praticamente sem qualquer notável participação desse ofício. A totalização mais efetiva, a unificação da Terra através do dinheiro em todos os seus avatares, [...], realiza-se por si espontaneamente, sem que, à primeira vista, os membros da Faculdade da Sabedoria do Mundo tenham mais nada a dizer sobre o assunto do que o leitor de jornais de um país com imprensa meio livre. (SLOTERDIJK, 2008, p. 16–17).

E, na tentativa de combater o que denomina “efeitos secundários não desejados de tal precipitação”, ele recapitula a origem filosófica do motivo-globo:

Esta poderia principiar pela indicação frugal de que “globo” é um substantivo que representa uma idéia simples, a tese do cosmos, e um objeto cartográfico duplo, **o céu dos antigos e a Terra dos modernos**; desse nome resultam os derivados adjetivais dos fatos “globais”, que recentemente, passando pelo desvio do verbo anglo-saxão to globalize, foram de novo realçados ao estatuto de substantivo – o que se deu, antes do mais, com a figura híbrida de **globalização**. Seja como for, esta expressão tem a vantagem de sublinhar o traço ativo dos acontecimentos mundiais atuais: quando ocorre globalização, é sempre através de operações com efeitos à distância. A globalização terrestre (realizada praticamente pelas descobertas marítimas cristocapitalistas e implantada politicamente pelo colonialismo dos Estados-nação da velha Europa) constrói [...] a parte central perfeitamente transparente de um processo em três fases, [...]. Esta peça central da seqüência, que durou quinhentos anos, entrou nos livros de história como **a época da expansão européia**. À maior parte dos historiadores é fácil encarar o período entre 1492 e 1945 como um complexo de acontecimentos encerrado – trata-se da época em que o atual sistema mundial ganhou os seus contornos. Como se observou, esse período foi precedido pela globalização cósmico-urânica, esse poderoso primeiro estágio do pensamento das esferas. [...]. A ele se segue a globalização eletrônica, com a qual tem a ver os contemporâneos e os seus herdeiros. Assim sendo, os três grandes estágios da globalização distinguem-se em primeiro lugar pelos meios simbólicos e técnicos que mobilizam: há uma diferença epocal entre medir uma esfera idealizada com linhas e interseções e percorrer uma esfera real com barcos ou pôr a circular aviões e sinais-rádio na envolvente atmosfera de um planeta. Há uma diferença ontológica entre pensar num cosmos que alberga a totalidade do mundo das essências ou numa Terra que funciona como suporte das diversas culturas do mundo. O auge da metafísica das esferas – a que Dante e Nicolau de Cusa são testemunhas eminentes – é simultaneamente o ponto de viragem para a sua desintegração. A fase da decadência das interpretações esferocosmológicas dos entes inicia-se com a ruptura a que na seqüência de Jacob Burckhardts, chamamos **Renascimento**. (SLOTERDIJK, 2008, p.17-20, grifos nossos).

A sedenta vontade de ganhar o mundo com as circunavegações, por parte da velha Europa, é caracterizada pelo citado autor como:

unilateralismo em ação – como apropriação assimétrica do mundo, que teve seu ponto de partida nos portos, nas cortes e nas ambições da Europa. Resta mostrar que e como o complexo desses efeitos impetuosos, heróicos e lamentáveis ingressou nos livros como **história mundial** – e por que motivo a **história mundial** nesse sentido precisa estar ultrapassada. [...]. E, mais à frente, vamos analisar como este resultado pode conciliar-se com a reivindicação dos EUA de, na qualidade de nação indispensável, serem os herdeiros do conceito de mundo do unilateralismo. (SLOTERDIJK, 2008, p. 20, grifos nossos).

De acordo com o autor em tela, a globalização terrestre teria se completado em 1944, com o estabelecimento do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods, mas que só teria se concretizado, de fato, “nos anos 60 e 70 com a instalação de uma atmosfera eletrônica e uma envolvimento de satélites na órbita terrestre” (SLOTERDIJK, 2008, p. 21).

Nessas alturas dos acontecimentos, manifestam-se os sinais da Terceira Globalização. Para descrever qual é a principal ênfase dessa nova fase esforológica, ele faz uso da imagem do *Palácio de Cristal*, do romance *Cadernos do Subterrâneo*, do escritor russo Fiódor Dostoiévski. Sloterdijk se utiliza do referido palácio como:

uma metáfora que remete para o grande edifício londrino da Exposição Mundial de 1851. [...]. Se retomamos a expressão “Palácio de Cristal”, foi somente para exprimir a impressão de que a fórmula corrente “mercado mundial” é pouco adequada para caracterizar a modelação da vida sob o fascínio de relações monetárias que tudo penetram. O espaço-interno-do-mundo do capital não é uma ágora nem uma feira ao ar livre, mas uma estufa que arrastou tudo o que antes era exterior para o seu interior. Com a representação do palácio do consumo a nível planetário, o clima estimulante de um mundo interior de mercadorias acede à linguagem. Nesta Babilônia horizontal, ser-se humano passa a ser uma questão de poder de compra e o sentido da liberdade manifesta-se na capacidade de escolher entre produtos destinados ao mercado – ou produzir autonomamente esses produtos. (SLOTERDIJK, 2008, p. 22).

5 A CONTABILIDADE

As origens da contabilidade remontam aos primórdios da civilização. Desde então, de alguma forma mais ou menos rudimentar contavam-se os rebanhos, a produção agrícola, etc. Contudo, apenas em 1494, quando já se entrava na Segunda Globalização, com a Renascença, essa arte-técnica começou a tomar forma metodológica com o monge franciscano Luca Pacioli, quando publicou em Veneza sua brilhante obra, sempre atual, *Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornalità*. Um dos capítulos dessa obra foi o famoso *Tractatus de Computis et Scripturis*, que legou à posteridade o método das partidas dobradas, ou seja, a contabilidade de dupla entrada: para cada débito, um crédito, para cada aplicação, uma origem, etc. Acerca desse assunto, comenta Ludícibus (2009):

Não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do Homo sapiens. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar as ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. É possível localizar os primeiros exemplos completos de contabilização, portanto, seguramente no terceiro milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia (hoje Iraque), no Egito e na China. Mas é provável que algumas formas mais rudimentares de contagem de bens tenha sido realizada bem antes disto, talvez por volta do quarto milênio antes de Cristo. É claro que a Contabilidade teve origem relativamente lenta até o aparecimento da moeda. Na época da troca pura e simples de mercadorias, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária. [...] Em termos do entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado-da-arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades e nações. É, assim, fácil de entender, passando por cima da Antiguidade, por que a Contabilidade teve seu florescer, como disciplina madura e completa, nas cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença, Pisa e outras. Estas cidades e outras da Europa fervilhavam de atividade mercantil, econômica e cultural, mormente a partir do século XIII até o início do Século XVII. Representaram o que de mais avançado poderia existir, na época, em termos de empreendimentos comerciais e industriais incipientes. Foi nesse período, obviamente, que Pacioli escreveu seu famoso *Tractatus de Computis et Scripturis*, provavelmente o primeiro a dar uma exposição completa e com muitos detalhes, ainda hoje atual, da Contabilidade. (IUDÍCIBUS, 2009, p. 15–17).

Hoje, muito além de arte e técnica, a Contabilidade é reconhecida como ciência. Uma Ciência Social Aplicada ao Patrimônio. Seja ele público ou privado. Quando privado, com ou sem fins econômicos (lucrativos). Das entidades privadas com fins econômicos, a contabilidade tem o objetivo de registrar, analisar e controlar o conjunto do seu patrimônio, tanto na sua estática quanto na sua dinâmica. No aspecto estático, mensura-se, por assim dizer, o tamanho do patrimônio em determinada data, enquanto que no dinâmico, mensura-se sua variação em um determinado período de tempo. Das entidades públicas ou mesmo privadas sem fins econômicos, a contabilidade também tem o objetivo de registrar, analisar e controlar o conjunto do seu patrimônio, tanto na sua estática quanto na sua dinâmica, porém com o olhar

na eficácia e na eficiência da aplicação dos seus recursos, ao invés de no lucro e na acumulação.

Tudo isso a serviço de diversos usuários: governos federal, estadual e municipal (fisco), empresários (subsídios para tomada de decisão), sindicatos (em defesa das categorias que representam) e sociedade (comunidade) como um todo.

No Brasil, a profissão é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946. Sua fiscalização fica por conta do Sistema formado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's). Aquele, com sede em Brasília – DF; estes, em cada Estado da Federação, bem como no próprio Distrito Federal.⁴¹

Além do decreto-lei acima citado, outras leis vieram adequar e aperfeiçoar a atividade contábil ao longo do tempo. A mais recente, por exemplo, é a Lei Complementar 12.249/2010, que institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil, o que vai exigir um melhor preparo de professores e alunos, o que deverá garantir a formação de profissionais cada vez mais qualificados.

Do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são emanados os Princípios Fundamentais da Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade. Os princípios são gerais; as normas são para cada tipo de entidade, cada natureza jurídica, cujo patrimônio é contabilizado. Outros órgãos também emitem suas normas acerca do tema, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BACEN), por exemplo.

Já os diversos tipos de empresas (sociedades empresárias, sociedades simples, empreendedores individuais, etc.), são regulamentadas Pelo Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, ou por leis específicas, como a Lei 4.604/1976 – Lei das Sociedades Anônimas, por exemplo, recentemente aperfeiçoada em seus aspectos contábeis pela Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009 (resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/2008), para possibilitar o início da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais.

⁴¹ O autor do presente artigo atualmente exerce mandato de conselheiro no CRC/RN.

Mas, reportando-se ao título do presente artigo, “O Céu dos Antigos, a Terra dos Modernos e a Contabilidade”, é de se perguntar: o que a Ciência do Patrimônio tem a ver com isso? É o que se pretende explicar agora.

Com a terceira vaga globalizante, que traz em seu bojo, com muita ênfase, a Globalização da Economia, ficava muito difícil o intercâmbio de produtos, mercadorias e serviços entre os diversos países quando cada um adotava suas próprias normas contábeis. Com a soma de esforços de diversos organismos internacionais de contabilidade, orquestrados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), depois de toda a necessária discussão, foram anunciadas as *International Financial Reporting Standard* (IFRS). As Normas Internacionais de Contabilidade - *International Accounting Standard* – (IAS) em [inglês](#), portanto, atualmente conhecidas como *International Financial Reporting Standard* ([IFRS](#)), são um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo *International Accounting Standards Board* ([IASB](#)).

As normas IFRS foram adotadas pelos países da [União Européia](#) a partir do [31 de dezembro](#) de [2005](#) com o objetivo de harmonizar as [demonstrações financeiras consolidadas](#) publicadas pelas [empresas abertas européias](#). A iniciativa foi internacionalmente acolhida pela comunidade financeira. Atualmente numerosos países tem projetos oficiais de convergência das normas contábeis locais para as normas IFRS, inclusive o [Brasil](#).⁴²

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), então, em conjunto com mais cinco órgãos, a saber: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e Associação Brasileira de Companhias Abertas (Abrasca), criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), um colegiado que reúne esses diversos atores preparados técnica e intelectualmente para opinar acerca de detalhes das *International Financial Reporting Standard* (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

⁴² Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Normas_internacionais_de_contabilidade>. Acesso em 21.06.2010.

tem caráter consultivo. Já a emanção de suas respectivas normas, com base nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), fica sob a responsabilidade de entidades como Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central do Brasil (BACEN), por exemplo. Com a palavra, o CPC⁴³:

A instalação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é fruto de análises cuidadosas e profundas, desenvolvidas por algumas das melhores inteligências das áreas acadêmica, governamental e da iniciativa privada, [...]. Na perspectiva da história, ele é o resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, que colocou nossas empresas em contato direto com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento do mundo, e ao alcance dos investidores sediados em outros países. Como consequência, ficou muito claro que a diversidade de práticas contábeis entre as diversas economias representava um significativo custo extra e uma dificuldade a mais para a indispensável troca de informações e para a acomodação de posições. [...]. Destinado a buscar soluções para as questões que se apresentarem, com ampla e indiscriminada consulta a quem possa ser afetado, o Comitê inova no trato de questões regulamentares à medida que reúne representantes de entidades da área privada, do mundo acadêmico e do setor governamental, sentados à mesma mesa e imbuídos de um único critério, que é a busca da modernidade. [...]. O CPC nasce hoje sob a égide de seis destacadas entidades, que reuniram seus esforços, com dedicação e desprendimento, para que pudéssemos chegar ao evento que hoje vivenciamos. Essas entidades - CFC, IBRACON, Fipecafi, Bovespa, Apimec e Abrasca -, pela capacidade de seus representantes, serão responsáveis, nesses momentos iniciais, pela relevância da atuação do Comitê e pela sintonia, com a sociedade, de seu funcionamento harmonioso. [...].

Foi um dos objetivos do autor do presente artigo tecer uma breve discussão acerca dos aspectos políticos e sociais dessa Terceira Globalização. Claro parece estar que se trata de uma onda que veio a reboque da hegemonia do grande capital mundial, cujos centros são os Estados Unidos da América e a União Européia, notadamente após a Segunda Guerra Mundial e, mais recentemente, após o Consenso de Washington. Quanto a isso, comenta Ianni (2007, p. 184):

É óbvio que a base do globalismo, nos termos em que se apresentam no fim do século XX, anunciando o século XXI, está no capitalismo. As forças decisivas, pelas quais se dá a globalização do mundo, instituindo uma configuração histórico-social nova, surpreendente e determinante, são as forças deflagradas com a globalização do capitalismo, processo esse que adquiriu ímpetus excepcionais e avassaladores desde a Segunda Guerra Mundial e mais ainda com a Guerra Fria, entrando em franca expansão após o término desta. [...]. E

⁴³ Disponível em <<http://www.cpc.org.br/palavra.htm>>. Acesso em 19.06.2010.

emerge de forma particularmente evidente, em suas configurações e em seus movimentos, no fim do século XX, a partir do desabamento do mundo bipolarizado em capitalismo e comunismo.

Já Barbosa (2003, p. 16), por sua vez, dividindo o mundo global entre países “globalizadores” e “globalizados”, comenta que:

Os países que conseguem assimilar as novas tecnologias possuem as multinacionais mais avançadas, dispendo de vantagem comercial adicional em relação aos demais e de maior autonomia para realizar as suas políticas. Esses são os “globalizadores”. [...], são esses os países que, em grande medida, controlam as decisões internacionais tomadas em fóruns como o G – 8 – que reúne as sete economias mais fortes, além da Rússia – e nos organismos internacionais em geral. Já os países “globalizados” são os mais vulneráveis e, portanto, mais expostos aos impactos negativos da globalização, pois geralmente importam mais do que exportam, ou então exportam produtos menos elaborados e são praticamente obrigados a adquirir no exterior as tecnologias mais caras; esses países, ao mesmo tempo, procuram estimular a instalação de empresas multinacionais em seus territórios, mas não fomentam as empresas nacionais na magnitude exigida; além de se tornarem reféns dos movimentos bruscos dos capitais de curto prazo, sofrendo freqüentes ataques especulativos contra suas moedas.

Para se ficar apenas com essas citações, registrem-se, por último, Hans-Peter e Schumann (1998, p. 47), que denunciam:

Se em San Francisco a elite mundial projetou uma sociedade 20 por 80 dentro dos países até agora tidos como ricos, tal repartição de renda, nos parâmetros internacionais, já se acha estabelecida há tempos. Os dados são conhecidos, mas, graças às forças liberadas pela globalização, eles se apresentam sob outro aspecto: o um quinto mais rico de todos os países decidirá sobre 84,7% do produto bruto mundial, seus habitantes movimentarão 84,2% do comércio internacional e serão proprietários de 85,5% de todas as poupanças internas. Desde 1960, a distância entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população mais que duplicou – e também por esses índices pode ser medida a falência da esperança de uma ajuda ao desenvolvimento, via globalização.

CONCLUSÃO

Dado esse contexto, e apesar dele, as Normas Contábeis Brasileiras não poderiam mesmo deixar de aderir às Normas Contábeis Internacionais, levando-se em consideração a importância econômica e política que começa a ter o Brasil, tanto no aspecto continental quanto no mundial. A contabilidade

brasileira, tanto privada quanto pública, deixa de ser “provinciana” e passa a ser global.

O Céu dos Antigos, da Primeira Globalização, a Cosmológica, deu lugar à Terra dos Modernos, da Segunda Globalização, a Renascentista, que, na onda atual da Terceira Globalização, a Eletrônica, particularmente em termos de Contabilidade, possui mais de uma centena de países “falando o mesmo idioma”. Muito mais necessário ainda se faz, porém, que todas as nações do mundo se unam em empreitadas mais nobres e mais humanitárias.

Cabe, assim, principalmente às lideranças de cada país, de todos os blocos regionais, de todos os credos, de todos os regimes políticos, lutar para que haja mais tolerância, menos desigualdade, mais solidariedade, menos individualismo, mais cooperação, menos competição, mais democracia, mais humanidade, mais compromisso moral, ético, social e ambiental, para que se passe a ter uma melhor qualidade de vida, mesmo que de forma mais austera, e que se permita deixar um mundo melhor para as futuras gerações.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado: política, sociedade e economia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003 – (Coleção Repensando a História).

HANS-PETER; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social**. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. 4. ed. São Paulo: Globo, 1998.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOTERDIJK, Peter. Das Grandes Narrativas. *In*: _____ **Palácio de Cristal**: para uma teoria filosófica da globalização. Tradução Manuel Resende. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008.